

A RELAÇÃO ENTRE A ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTABILISTA E OS PRÍNCÍPIOS CONTÁBEIS

Glaucemary Arruda (UFGD)
Aldecir da Silva Leite (FIP/MAGSUL)
Maria Aparecida Farias de Souza Nogueira (UFGD)

RESUMO: O presente trabalho faz uma abordagem sobre os Princípios Contábeis e sua relação com o Código de Ética Profissional do Contador. Para aprofundar o tema, faz-se necessário abordar os assuntos relacionados à ética e aos princípios contábeis, bem como à evolução histórica e seus conceitos. Tem como objetivo geral verificar a relação entre a aplicação prática da ética e os princípios contábeis junto aos contabilistas do município de Dourados-MS. Utilizou-se de pesquisa exploratória, bibliográfica e de campo. Foi elaborada uma pesquisa empírica, tendo como amostra os Contabilistas Sindicalizados no Município de Dourados, por meio de um questionário contendo questões abertas e fechadas. O presente artigo ainda destaca o quão é importante a Classe Contábil exercer a função tendo como diretrizes a ética do Contador e os princípios contábeis. Como ambos são baseados em conceitos e teorias que formam a base para um bom desempenho, conduta legal e moral da profissão do contabilista, conclui-se então que há relação entre a ética Profissional dos Contabilistas e os Princípios Contábeis, conforme dados resultantes da pesquisa realizada.

Palavras-Chave: Princípios Contábeis. Ética Profissional. Contabilistas.

ABSTRACT: This paper presents an approach on accounting principles and its relation to the Code of Professional Ethics of the counter. To further the theme, it is necessary to address issues related to ethics and accounting principles, as well as the historical evolution and its concepts. Its overall objective to verify the relationship between ethics and practical application of accounting principles with the accountants of Dourados-MS. The research project was used for exploratory research, literature and field. It was an elaborate empirical research, and a sample of the Syndicated Accountants in City of Dourados, by means of a questionnaire with open and closed. This article also highlights how important it is to perform the function Accounting Class as having ethical guidelines of the meter and accounting principles. As both are based on concepts and theories that form the basis for a good performance, legal and moral conduct of the profession of accountant, then it follows that a relationship between the ethics of Professional Accountants and Accounting Principles, as evidence from research .

Keywords: Accounting Principles. Professional Ethics. Accountants.

1. INTRODUÇÃO

A visão da ética dentro do universo dos pensadores: o pressuposto básico da Ética de Sócrates – que basta saber o que é bondade para que se seja bom; assim como são muitas as lições trazidas pela ética socrática: o conhecimento como virtude; a educação como forma de conhecer a si mesmo e, por consequência, conhecer melhor o mundo para alcançar a felicidade; a primazia do coletivo sobre o individual e, a obediência às leis para garantir a ordem e a vida em sociedade (FARIA,2010). No pensamento de Platão, o reencontro da ética

e da realidade se dá através de uma grande reforma social, política e econômica que torne a cidade mais simples, mais desligada dos valores materiais, mais igualitária, a felicidade consiste neste equilíbrio (FONTES, 2011). Já Aristóteles definiu a ética como uma busca da felicidade dentro do âmbito do ser humano, para ele quando o homem se esforçar a atingir sua excelência, se tornar uma pessoa virtuosa (OLIVEIRA, 2009).

Seguindo estes conceitos e princípios básicos da ética elaborados pelos grandes pensadores filosóficos de todos os tempos, o trabalho foi elaborado em busca de um estudo em relação à ética e os princípios contábeis na profissão do Contabilista. Utilizou-se de pesquisa exploratória bibliográfica e de campo; informações obtidas em livros, artigos, teses, dissertações e *web site* referentes ao objeto deste trabalho. Para atingir aos objetivos da pesquisa, foi realizada uma pesquisa tendo como amostra os Contabilistas Sindicalizados no Município de Dourados, buscando obter o seu entendimento sobre a relação da ética e os princípios contábeis, por meio de um questionário aplicado.

O presente trabalho ainda tem por intuito colocar a posição de quão é importante a Classe Contábil exercer a função tendo como diretrizes a ética do Contador e os princípios contábeis, resultando como consequência uma dignidade, honradez e credibilidade para as ações destes profissionais; neste mesmo sentido; afirma também o presidente do Comitê de Integração Latino Europa América (CILEA), Sr. Oscar Juan Montaldo, citado pelo Conselho Federal de Contabilidade (2003) que “para que sejamos profissionais integrais, é necessário que divulguemos e apliquemos, perante a sociedade, os princípios e valores éticos da profissão”.

Os profissionais da contabilidade, quando acadêmicos, estudam sobre a ética e os princípios contábeis nos bancos da universidade, aprendem na teoria o significado e conceito de ética, estudam sobre os princípios básicos que norteiam a profissão, porém será que colocam em prática o que aprenderam enquanto estudante e de alguma forma conseguem compreender o que é ser ético e colocar em prática os princípios básicos da profissão? A Pesquisa exploratória será desenvolvida diante do seguinte problema a ser respondido: “Existe relação entre a aplicação prática da ética e os princípios contábeis junto aos contabilistas do município de Dourados-MS”?

O trabalho tem o intuito de colocar em evidência a importância da ética na profissão contábil sendo base de credibilidade e transparência aos serviços executados por tais profissionais, pois a eles são delegadas informações sigilosas e importantes da vida financeira de seus clientes. A base ética aliada à aplicação dos princípios contábeis faz com que a profissão contábil seja digna de confiança e admiração pela sociedade, pois esta profissão é de suma importância ao desenvolvimento dos negócios comerciais de toda a sociedade. O tema é importante e viável, pois as questões serão abordadas junto aos profissionais atuantes na área, onde se procurará obter dados sobre como estes se orientam por meio da ética e dos princípios contábeis, tendo como base legal a Resolução do CFC 750/93 que define em seu Art. 1º, § 1º, que a observância dos Princípios de Contabilidade é obrigatória no exercício da profissão e constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) (CFC, 1993, p.19).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para aprofundar o tema, faz-se necessário abordar os assuntos relacionados à ética e os princípios contábeis.

2.1 A ÉTICA

No texto é apresentado de forma breve e objetiva a História da ética, Conceito e a Legislação que regulamenta a Ética do profissional da Contabilidade.

2.1.1. História

Na história da ética conforme Passos, (2010, p. 31) a Idade Antiga - No período considerado Clássico da Idade Antiga, no qual viveram os filósofos Sócrates, Platão e Aristóteles, a ética adquire grande valor. Após o momento pré-socrático, em que o interesse investigativo concentrou-se no mundo físico, na tentativa de compreenderem sua essência, os filósofos se voltaram para o *ser* e para os problemas *sociais* e *morais*.

Ainda segundo a autora (2010, p. 37) a ética na Idade Média era conceituada em um novo contexto; o conteúdo moral modificou-se, entrando em cena a autonegação, a humildade e a disposição para obedecer, uma vez que os seres humanos eram considerados como a imagem e a semelhança de Deus. O que os unificava era a autoridade de Deus, identificada como a origem e o fundamento da lei moral. Esta decorre de verdades reveladas que deviam ser respeitadas e seguidas a fim de que o ser humano pudesse atingir a salvação.

Já na Idade Moderna - A Modernidade, estabelecida entre os séculos XVI e XIX, difere da anterior em todos os aspectos: econômico, político, social e espiritual. Centrada em relações econômicas capitalistas e no desenvolvimento científico, há o fortalecimento da burguesia, que postula impor-se politicamente; criam-se estados modernos centralizados e a Igreja Católica perde a hegemonia que até então desfrutava (PASSOS, 2010).

Neste momento, o homem surge como centro da ciência, da política, da arte e da moral; a ética tem uma tendência antropocêntrica, em que o ser humano é seu fim e fundamento (PASSOS, 2010).

A Idade Contemporânea é considerada um período de grande progresso científico e valorização do ser humano concreto. Também de razão ao formalismo e racionalismo Kantianos e, desse modo, a uma ética centrada em valores absolutos. Exige-se uma ética que tenha o ser humano como sua origem e seu fim (PASSOS, 2010).

Tornam-se evidentes as virtudes públicas, onde as regras morais transformaram-se em regras de convivência e os direitos fundamentais passam a ser a *igualdade* e a *liberdade* (PASSOS, 2010, grifo nosso).

Ainda sobre a história da Ética, Fontes (2011) contextualiza a ética por meio da evolução dos tempos da seguinte forma:

- Antiga Grécia: século V e o século IV a.C. – cita as teorias Polis e Cosmos;
- Idade Média: século IV e o século XV – há o predomínio absoluto da moral Cristã. As teorias usadas são as de Santo Agostinho (354-430) e St. Tomás Aquino (1225-1274);
- Idade Moderna: séculos XVI e XVIII. Surge o Renascimento, descobertas Geográficas, divisões na Igreja e Ciência Moderna. As teorias da época são baseadas em Descartes (1596-1650), John Locke (1632-1704) e David Hume (1711-1778) e, por fim,
- Idade Moderna: século XVIII até os dias atuais. Ocorrem revoluções, guerras Mundiais, progresso científico e tecnológico. As teorias usadas são as de Kant(1724-1804), Habermas(1929) e Hans Jonas (1903-1993).

2.1.2. Conceito de Ética

Para Sá (2010) em seu sentido amplo, a ética:

Tem sido entendida como a ciência da conduta humana perante o ser e seus semelhantes.

Envolve, pois, os estudos de aprovação ou desaprovação da ação dos homens e a consideração de valor como equivalente de uma medição do que é real e voluntarioso no campo das ações virtuosas.

Encara a virtude como a prática do bem e esta como a promotora da felicidade dos seres, quer individualmente, quer coletivamente, mas também avalia os desempenhos humanos em relação às normas comportamentais pertinentes (SÁ, 2010, p 3, grifo nosso)

“Analisa a vontade e o desempenho virtuoso do ser em face de suas intenções e atuações, quer relativos à própria pessoa, quer em face da comunidade” (SÁ, 2010, p. 4).

“A virtude é uma capacidade atada às origens transcendentais, em sua expressão conceptual genérica; ligada às propriedades do espírito, é essencial e se manifesta envolvida pelo amor, pela sabedoria, pela ação competente em exercer o respeito ao ser e à prática do bem, pela reflexão que mantém a energia humana em convívio com outras esferas mais abrangentes” (SÁ, 2010, p. 80).

“Na conduta ética, a virtude é condição basilar, ou seja, não se pode conceber o ético sem o virtuoso como princípio, nem deixar de apreciar tal capacidade em relação a terceiros” (SÁ, 2010, p. 80).

Já Lisboa (1997) conceitua ética de forma simplificada, define a ética como sendo um ramo da filosofia que lida com o que é moralmente bom ou mau, certo ou errado; para ele ética e “filosofia da moral” são sinônimos. Ainda Lisboa, em sua obra, cita outro conceito difundido de ética nos negócios diz que “é ético tudo o que está em conformidade com os princípios de conduta humana; de acordo com o uso comum, os seguintes termos são mais ou menos sinônimos de ético: moral, bom, certo, justo, honesto” (LISBOA, 1997, p. 25).

Valss (1993, p.7) diz que “a ética é uma daquelas coisas que todo mundo sabe o que são, mas que não são fáceis de explicar, quando alguém pergunta”.

Passos (2004, p. 73) afirma que o conceito de ética está baseado no sistema de regras que governa a ordenação de valores de um indivíduo ou sociedade, como a “...responsabilidade, honestidade, busca de excelência, integridade, manutenção de promessa, lealdade, respeito pelos outros, justiça, a cidadania responsável e proteção”, entre outros.

E ainda Chiavenato (2009, p.178) de forma geral defende que o conceito de ética “...trata do comportamento do homem, da relação entre a vontade e a obrigação de seguir uma norma, do que é o bem e de onde vem o mal, do que é certo e errado, da liberdade e da necessidade de respeitar o próximo”.

2.1.3 Código de Ética Profissional do Contador

Sá (2010) ainda define que ética é o campo do conhecimento que objetiva a apreciação / avaliação do comportamento humano dos seguintes pontos de vista: do bem e do mal, do indivíduo (internamente), de sua interação com o grupo social e da atuação nas organizações.

Aquino (2001) reforça o sentido da Ética como ciência normativa, como princípios da conduta humana, como diretrizes no exercício de uma profissão, estipulando os deveres que devem ser seguidos no desempenho de uma atividade profissional, também denominada filosofia moral.

O CRC do Rio Grande do Sul em sua obra sobre o Código de Ética Profissional (2009) fez um breve histórico sobre o código de ética:

O V Congresso Brasileiro de Contabilidade realizado na cidade de Belo Horizonte - MG, em 1950, foi um marco importante no estudo e no debate do tema Código de Ética Profissional, em nosso País, na área contábil. Na ocasião surgiu a primeira codificação de normas a orientar a conduta ética dos Contadores e Técnicos em Contabilidade brasileiros. Em 1970, o Conselho Federal de Contabilidade, atendendo determinação expressa no art. 10 do Decreto-Lei nº 1.040-69, aprovou mediante a Resolução nº 290, o Código de Ética Profissional do Contabilista, que, por vinte e seis anos, orientou como deveria ser a conduta dos profissionais da Contabilidade no exercício de suas atividades. Assim, em 1996, o CFC editou a Resolução nº 803, aprovando o vigente Código de Ética.

Ainda nesta mesma obra ressalta-se que a ética deve ser à base da construção da vida profissional. Que exercer a profissão com zelo, diligência e honestidade é dever de todo o Contabilista comprometido com a sociedade, com os Colegas e com a Classe. Sá (2010, p.40) diz que “Falar sobre Ética é falar de uma parte essencial não só na vida pessoal, como também na vida de qualquer profissional”. Com isso, o profissional contábil precisa ter um comportamento ético invejável e que seja íntegro nas suas relações. Para que contribua, de forma positiva, com a imagem da classe, esta Resolução nº 803/96 veio regulamentar a profissão contábil de forma a dar vários princípios norteadores para ação e execução dos trabalhos contábeis. No seu artigo primeiro traz o objetivo da resolução que é: “fixar a forma pela qual se deve conduzir os Profissionais da Contabilidade, quando no exercício profissional e nos assuntos relacionados à profissão e à Classe”. No quadro abaixo um breve resumo da Resolução nº 803/96:

| | |
|-----------------|--|
| DOS DEVERES | Exercer a profissão com zelo; Guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional lícito; Manifestar a qualquer tempo, a existência de impedimento para o exercício da profissão; Ser solidário com os movimentos de defesa da dignidade profissional; Cumprir os Programas Obrigatórios de Educação Continuada estabelecidos pelo CFC; Auxiliar a fiscalização do exercício profissional; A conduta do Profissional da Contabilidade com relação aos colegas deve ser pautada nos princípios de consideração. Respeito, apreço e solidariedade, em consonância com os postulados de harmonia de classe. |
| DAS PROIBIÇÕES | Fazer publicidade desrespeitosa que resulte na diminuição do colega, da Organização Contábil ou da classe; Assumir serviços que cause prejuízo moral ou desprestígio para a classe; Auferir qualquer provento em função do exercício profissional que não decorra exclusivamente de sua prática lícita Assinar documentos ou peças contábeis elaborados por outrem; alheio à sua orientação, supervisão e fiscalização; Solicitar ou receber do cliente ou empregador qualquer vantagem que saiba para aplicação ilícita; Prejudicar, culposa ou dolosamente, interesse confiado a sua responsabilidade profissional; Recusar-se a prestar contas de quantias que lhe forem, comprovadamente, confiadas; Reter abusivamente livros, papéis ou documentos, comprovadamente confiados à sua guarda; Iludir ou tentar iludir a boa-fé do cliente; Intitular-se com categoria profissional que não possua, na profissão contábil. |
| DAS PENALIDADES | Advertência reservada; Censura reservada; Censura pública |

Quadro 1: Resumo da Resolução nº 803/96 – CEPC

Fonte: Da autora, com adaptações

2.2. PRINCÍPIOS CONTÁBEIS

Para melhor compreensão será é citado o conceito de Princípios Contábeis e os seis Princípios que o compõem.

2.2.1 Conceito de Princípios

A palavra princípios, em nosso idioma, tem acepções variadas. No singular emprega-se com o significado de “origem”, “começo”, e, também, “regra a seguir”, “norma”. No plural tem o significado de “elementos”, “rudimentos”, “convicções” (SÁ, 1995, p. 13).

“Sob a denominação de PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE, no Brasil, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), como órgão de fiscalização do exercício profissional, regulou o conceito a ser reconhecido e adotado. Em 1981, a Resolução nº 530, já disciplinava a questão, mas foi atualizada pela nº 750, de 29/12/1993” (SÁ, 1995, p. 14).

O apêndice elaborado pelo CFC (2008) para melhor entendimento da Resolução nº 750/93 traz a seguinte elucidação: “Os Princípios Fundamentais de Contabilidade representam o núcleo central da própria Contabilidade, na sua condição de ciência social, sendo a ela inerentes. Os princípios constituem sempre as vigas-mestras de uma ciência. Revestindo-se dos atributos de universalidade e veracidade, conservando validade em quaisquer circunstâncias, portanto os princípios refletem o estágio em que se encontra a Ciência da Contabilidade, isto é, a essência dos conhecimentos, doutrinas e teorias que contam com o respaldo da maioria dos estudiosos da Contabilidade”.

2.2.2 Os Seis Princípios de Contabilidade

Um Princípio contábil é um axioma das doutrinas e teorias relativas à Ciência Contábil, sendo, portanto, imutável no tempo e espaço (grifo do autor).

Na Resolução nº 750/93, constam que os seis princípios fundamentais de contabilidade são:

Art. 2º Os Princípios de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País. Concernem, pois, à Contabilidade no seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objeto é o patrimônio das entidades.

Art. 3º São Princípios de Contabilidade: o da ENTIDADE; o da CONTINUIDADE;o da OPORTUNIDADE;o do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL;o da COMPETÊNCIA; e o da PRUDÊNCIA (CFC, 1993, p. 20).

Em relação ao primeiro princípio, que é o princípio da entidade, o conceito é tido como:

Art. 4º O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

Parágrafo único – O PATRIMÔNIO pertence à ENTIDADE, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova ENTIDADE, mas numa unidade de natureza econômico-contábil (CFC, 1993, p. 20).

Analisando o artigo que define as características do princípio da entidade, Sá (1995) destaca algumas razões: a entidade é autônoma, o patrimônio da entidade é objeto da ciência contábil, o patrimônio da entidade não se confunde com aquele de seus proprietários, o patrimônio é parte da entidade e agregados de patrimônio podem formar uma unidade para fins econômico-contábeis.

Considerando o segundo princípio, que é o da continuidade, este tem sua definição no Art. 5º, como segue:

Art. 5º O Princípio da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância. (CFC, 1993, p. 21).

Sá (1995) traz algumas formas de interpretar tal princípio dizendo que a continuidade não significa perenidade de estados, mas apenas de prosseguimento nas atividades, pois as entidades nascem para perdurar no tempo, com exceção das constituídas com prazo determinado para sua extinção.

Através deste princípio, as empresas tentam sobreviver através de ajustes internos e externos, atualizações de acordo com as novas exigências normativas e, por conseqüente, às exigências do mercado. Ainda, Sá (1995) conclui que o conceito de continuidade envolve o de dinâmica evolutiva. E que dá para entender claramente que a preocupação é a de permitir critérios de apresentação valorimétrica que não deixam dúvidas, nem quanto à estrutura patrimonial.

O Art. 6º traz o conceito do terceiro princípio, que é o da oportunidade, conforme citado a seguir:

Art. 6º O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.

Parágrafo único. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação. (CFC, 1993, p. 21).

Para Sá (1995) a observância do princípio é relevante para a determinação dos resultados da empresa; este princípio baseia-se na premissa de que as demonstrações contábeis devem identificar o estado especial pelo qual a empresa passa.

A tempestividade é fator essencial deste princípio, pois através da mensuração patrimonial num determinado tempo é que se chega num resultado claro, exato e verídico sobre as informações contábeis produzidas.

O quarto princípio do registro pelo valor original, definido no Art.7º:

Art. 7º O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devam ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional. (CFC, 1993, p. 22).

A própria Resolução traz em seu corpo algumas formas de mensurar o valor do patrimônio através do custo histórico, da variação do custo histórico. Dentro da variação do custo histórico há uma subdivisão para uma melhor composição do que seria o custo original tendo como base o custo corrente, o valor realizável, valor presente, valor justo e a atualização monetária.

O valor original é fixado quando há uma relação entre terceiros e estes recebem um bem patrimonial nesta transação; para efeito de demonstração e balanço patrimonial, o bem adquirido será contabilizado sempre com o seu valor original de compra.

As bases sobre as quais o princípio se assenta segundo Sá (1995) cuida da formação e da conservação do valor, aceitando o misto conceitual de valor histórico e valor ajustado ou competente para espelhar proximidade com a atualidade.

O princípio da competência, que é o quinto princípio é conceituado como:

Art. 9º O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.

Parágrafo único. O Princípio da Competência pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas. (CFC, 1993, p. 23).

Sá (1995) considera relevante para este princípio a variação patrimonial no seu tempo, a relativa dependência entre o reconhecimento das receitas e das despesas e a temporalidade dos componentes patrimoniais e seus reflexos nas receitas e despesas.

O sexto princípio citado é o da prudência, assim conceituado:

Art. 10. O Princípio da PRUDÊNCIA determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

Parágrafo único. O Princípio da Prudência pressupõe o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos e despesas não sejam subestimados, atribuindo maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais. (CFC, 1993, p. 24).

Sá (1995) elucida sobre alguns aspectos deste princípio ressaltando que este visa à proteção de um risco na informação; prefere-se atribuir menor valia aos elementos do Ativo ou então maior valia aos elementos do Passivo, afetando o valor do Capital Próprio ou do Patrimônio Líquido e criando um valor oculto, não constante das demonstrações, como margem de segurança.

Da Prudência- Significa que é possível integrar nas contas um grau de precaução ao fazer as estimativas exigidas em condições de incerteza sem, contudo, permitir a criação de reservas ocultas ou provisões excessivas ou a deliberada quantificação de activos e proveitos por defeito ou de passivos e custos por excesso (SÁ, 1995, p. 205).

2.2.1 Relação entre a Ética e os Princípios de Contabilidade

A Ética como uma virtude humana, onde o homem faz juízo de valor entre o bem e o mal, entre o certo e errado, entre o que é moral e imoral, conforme sua vivência e experiência como indivíduo e como parte de uma coletividade, faz com que este homem ético tenha uma melhor compreensão do que sejam princípios e sua essencialidade. Tendo como enfoque a profissão contábil, as próprias regras normalizadoras da profissão exigem uma conduta ética de seus profissionais, através das seguintes resoluções: Resolução CFC n.º 750/93 (dispõe sobre os Princípios de Contabilidade) e Resolução CFC Nº 803/96 que aprova o Código de Ética Profissional do Contador (CEPC).

Diante destes pressupostos básicos que tais resoluções trazem à regulamentação da profissão contábil, o contabilista ético compreende melhor a aplicabilidade destes princípios nos deveres corriqueiros de sua profissão, pois, para se aplicar e seguir os princípios fundamentais da contabilidade, o profissional da área precisa agir com ética e responsabilidade.

Para Lisboa; FIPECAFI (1997, p. 30), “... a ética, como expressão única do pensamento correto, conduz à ideia da universalidade moral, ou ainda, à forma ideal universal do comportamento humano, expressa princípios válidos para todo pensamento normal e sadio”.

Lisboa; FIPECAFI (1997, p. 61), discorrem sobre o Código de Ética Profissional do Contador dizendo que além de servir como guia à ação moral, “... o código de ética profissional possibilita que a profissão de contador declare seu propósito de cumprir as regras da sociedade, servir com lealdade e diligência e a respeitar a si mesma”. Para os autores, “... o contador deve defender, abertamente, os princípios e valores éticos aplicáveis a sua profissão,

de tal modo, a produzir uma imagem verdadeira do que ela se constitui para a nova geração de profissionais (LISBOA; FIPECAFI, 1997, p. 62).

Sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade, Sá (1995, p. 23) chega a uma definição:

Os denominados Princípios Fundamentais de Contabilidade são macro regras para a política informativa patrimonial das aziendas ou entidades, baseados em doutrinas e teorias científicas, tendo por objetivos a imagem fiel do patrimônio e guiar as normas gerais reguladoras dos sistemas informativos.

Nota-se pelos estudos científicos dos renomados autores citados que tanto os princípios éticos, como os princípios fundamentais da contabilidade, servem como base para os profissionais atuantes na área, adotarem condutas que vão de encontro às regras estabelecidas. Conseqüentemente seus trabalhos, aos olhos da sociedade, se tornam muito mais confiáveis e valorados, pela competência e transparência de suas Demonstrações e Resultados Patrimoniais apresentados.

3. MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

O objetivo proposto neste trabalho é verificar se há relação entre a aplicação prática da ética e os princípios contábeis junto aos contabilistas do município de Dourados-MS, através do levantamento quantitativo de contabilistas sindicalizados junto ao Sindicato dos Contabilistas da cidade de Dourados/MS.

Para tanto, foi aplicado um questionário contendo questões abertas e fechadas, utilizando-se a “Escala de Likert”, sobre o tema abordado e aplicando o mesmo junto aos sindicalizados.

De posse dos dados, estes foram tabulados utilizando-se de planilhas em programa de *Microsoft excell*, onde foram feitas análises e discussão dos dados coletados.

Ainda, utilizou-se de pesquisa exploratória, pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo.

A Pesquisa Exploratória de acordo com Rodrigues (2007) tem como objetivo a caracterização inicial do problema, sua classificação e de sua definição e que constitui o primeiro estágio de toda pesquisa científica.

Segundo o mesmo raciocínio Marion (2009) diz que a pesquisa exploratória antecede uma fase de trabalho de campo, pois a considera como pesquisa desenvolvida quando o autor tem pouco conhecimento a respeito do assunto pesquisado.

Já a Pesquisa Bibliográfica é um tipo de modalidade de pesquisa que tem como objetivo estruturar sistemas e modelos teóricos, relacionar e reunir hipóteses recuperando o conhecimento científico acumulado sobre um problema. (RODRIGUES, 2007).

Baruffi (2004) define a pesquisa bibliográfica como aquela pesquisa que procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Ressalta ainda que seja um meio de formação do acadêmico por excelência, pois, é através dela que se dá o primeiro passo da investigação científica com a produção de trabalho científico originais nos modelos de monografias, dissertações e teses. Para o autor este tipo de pesquisa exige que o pesquisador assuma uma atitude crítica diante dos documentos ou livros, buscando a finalidade da pesquisa que é a de colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto. Baruffi (2004) diz que a pesquisa bibliográfica compreende quatro fases distintas, sendo elas: identificação, localização, compilação e fichamento.

Enquanto a pesquisa de campo ou descritiva tem como objetivo observar os fatos tal como ocorrem; não permite isolar e controlar as variáveis, mas perceber e estudar as relações estabelecidas (RODRIGUES, 2007).

Baruffi (2004) em seu livro “Metodologia da Pesquisa - Orientações Metodológicas para a elaboração da Monografia” definiu a pesquisa de campo como:

A pesquisa descritiva tem como objetivo descrever, registrar, analisar, interpretar e correlacionar fatos ou fenômenos. Não manipula variáveis, isto é, toma os dados como eles se apresentam na natureza, procurando descobrir, com a precisão possível, a frequência com que o fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros fenômenos, sua natureza e características. (BARUFFI, 2004, p.60)

O autor concluiu que o enfoque da pesquisa de campo se faz sobre condições dominantes ou sobre como uma pessoa, grupo ou coisa que se conduz ou funciona no presente, usando a comparação e o contraste. Baruffi (2004) observa que as pesquisas de campo dividem-se em três grandes grupos:

- 1º Quantitativos-Descritivos, que tem como finalidade o delineamento ou a análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas, ou o isolamento de variáveis principais;
- 2º Exploratórios, que visam à formulação de questões ou de um problema com o objetivo de desenvolver hipóteses ou modificar e clarificar conceitos; e o
- 3º Experimentais, que objetivam fundamentalmente o teste de hipóteses que dizem respeito a relações do tipo causa-efeito. (BARUFFI, 2004, p. 60-61)

Baruffi (2004) ainda em sua obra cita os modelos de pesquisa descritiva ou de campo como sendo: o estudo de caso, o estudo documental e a pesquisa de opinião que procura saber atitudes, pontos de vista e preferências que as pessoas têm a respeito de algum assunto, modelo este que será usado neste trabalho científico. De forma didática e explicativa, o autor esclarece que a pesquisa descritiva trabalha sobre dados ou fatos colhidos da própria realidade, sendo a coleta de dados uma das atividades características desta pesquisa e para viabilizar a coleta de dados podem ser utilizados instrumentos como a observação, a entrevista, o questionário e o formulário.

3.2 ESCALA DE LIKERT

É uma escala de resposta psicométrica usada em pesquisas de opiniões, onde através de questionários aplicados, as respostas podem ser positivas ou negativas. Podem ser usadas quatro questões onde a pessoa pesquisada tem que dar uma resposta positiva ou negativa não tendo a possibilidade de ser indiferente ao que foi perguntado. A avaliação das respostas dadas pelo formato típico de um item Likert é: Não concordo totalmente; Não concordo parcialmente; Indiferente; Concordo parcialmente e Concordo totalmente (LIKERT, 1932 apud OLIVEIRA, 2001). Ou ainda usar as seguintes expressões: Aprovam muito; Aprovam; Estão indecisos; Desaprovam e Desaprovam muito (LIKERT, 1932 apud OLIVEIRA, 2001).

Para cada resposta é definido uma pontuação que varia de 5 a 1. Ainda o método definiu em seu procedimento que a maior pontuação possível será a multiplicação do maior número utilizado, por exemplo, 5, pelo número de assertivas favoráveis, e a menor pontuação será a multiplicação do menor número utilizado, por exemplo 1. A pontuação individual pode ser comparada com a pontuação máxima, indicando a atitude em relação ao problema apresentado. (LIKERT, 1932 apud OLIVEIRA, 2001).

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

O questionário, contendo 22 questões sobre ética profissional e princípios contábeis foi aplicado em um universo de 104 (Cento e quatro) contabilistas associados do Sindicato

dos Contabilistas de Dourados, dos quais responderam 33 (Trinta e três) Contabilistas, no espaço temporal de 01/10/2011 a 14/10/2011.

4.1 PERFIL DO RESPONDENTE

As questões de nº 01 a 05 tratam do perfil do respondente. Do resultado da pesquisa, nota-se que 30% dos respondentes, pertencem ao sexo feminino e 70%, ao sexo masculino.

Quanto à idade do contabilista, foi encontrado um percentual de 45% na faixa etária de 41 a 60 anos, seguido de 39% na faixa de 20 a 40 anos, 12% com mais de 60 anos e 3% não responderam.

Em relação ao registro no CRC dos contabilistas, 73% é representado pelos Contadores e 27% pelos Técnicos em contabilidade.

Quanto ao tempo de registro no CRC, 49% dos participantes estão na faixa de tempo de 01 a 10 anos de registro, 15% de 11 a 20 anos, 30% com mais de 20 anos e 6% não responderam.

Na questão sobre a formação profissional, 85% responderam que possuem curso superior, 12% disseram que não possuem e 3% não responderam.

4.2 QUESTÕES SOBRE O CODIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTADOR E OS PRINCÍPIOS CONTÁBEIS ANALISADAS POR MEIO DA ESCALA DE LIKERT

As questões de nº 06 (seis) a 13 (treze) estão relacionadas ao Código de Ética Profissional do Contabilista (Resolução CFC nº 803/96). As questões foram elaboradas de forma a permitir que não houvesse respostas certas ou erradas, e assim permitir que se pudesse quantificar e qualificar a posição dos respondentes diante das afirmativas sobre ética profissional.

Para os participantes, 76% concordam sobre a importância do Código de Ética Profissional do Contabilista como norteador da sua conduta profissional, perante a classe contábil e a sociedade, confirmando com isto, sua relação ética com a profissão que exerce; 21% concordaram parcialmente; já 30% adotaram a posição de indiferença em relação a tal importância para sua conduta profissional.

Os Contabilistas que discordaram desta afirmação, ao serem indagados sobre o cumprimento das normas elaboradas pelo CFC, representaram 39% dos respondentes, seguidos por 30% que discordaram parcialmente; portanto, a maioria entende que deve se cumprir não somente as normas do CFC que se julgam corretas e sim, todas as elaboradas por este órgão.

Quando indagados sobre a retenção de documentos deixados em confiança sob responsabilidade do profissional no decorrer da prestação dos serviços, quando há troca de profissional por parte do cliente, constatou-se que os participantes da pesquisa representados por 82%, possuem conhecimento do Código de Ética do Profissional do Contabilista, pois foram unânimes ao discordarem sobre esta afirmativa, pois sabem que este é um dos incisos do artigo 3º do capítulo que trata dos deveres e proibições do Profissional da Contabilidade, demonstrando com isto uma conduta ética no desenvolvimento de suas atividades.

Perguntado se o Código de Ética ajuda a reduzir as suas dúvidas em relação aos problemas éticos que ocorrem no seu dia-a-dia como profissional de contabilidade, observou-se nesta questão que a maioria dos contabilistas, representados por 57% dos respondentes, concordam com a afirmativa. Conclui-se que estes normalmente recorrem ao Código de Ética Profissional do Contabilista para agir de forma correta e legal em caso ou em situações de dúvidas de como agir eticamente para solucionar problemas de seu dia-a-dia na execução de seu trabalho, portanto agindo com ética e respeitando as normas que regulam a profissão, seguidos por 27% que concordam parcialmente.

Quando indagado sobre o Código de ética ser irrelevante para guiar a conduta profissional em relação aos seus clientes ou superiores no trabalho, o percentual de 67% dos participantes discordou desta afirmação, pois estes consideram relevante o Código, considerando como uma bússola para a realização de seu trabalho perante aos clientes e superiores no trabalho, pois agindo conforme o regulamento dificilmente serão passíveis de cobrança na licitude de seus atos.

Quanto ao profissional que infringe as normas do Conselho Regional de Contabilidade ser punido por esse órgão, os contabilistas representados por 64% dos respondentes concordam com a afirmativa; para eles, o CFC tem atuado como órgão fiscalizador da profissão e punindo quando necessário os profissionais que infringem as normas deste Conselho.

Sobre as clareza das normas e sua interpretação, 46% dos contabilistas concordaram ao afirmar que as normas são claras e que não deixam dúvidas no seu sentido, seguido por 36% dos respondentes que concordaram parcialmente com esta afirmativa, pois consideram que algumas não se enquadram nesta afirmativa, não sendo clara e deixando com que se façam muitas interpretações em relação ao sentido do texto legal, causando com isto muitos conflitos de interpretações.

Ainda sobre a questão ética, 64% dos participantes concordaram com a afirmativa, pois a maioria diz que cumpre as normas do CFC mesmo que discorde de algumas ou de todas, respeitando desta forma as normas impostas pelo Conselho.

As questões de nº 14 (quatorze) a 22 (vinte e dois) que exploram os Princípios Contábeis foram baseados nos textos originais da Resolução CFC nº 750/93, para que os respondentes demonstrem conhecimento sobre a matéria.

Afirmado se o patrimônio pertence à entidade, mas a recíproca não é verdadeira e se a soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova entidade, mas numa unidade de natureza econômico-contábil, 39% dos contabilistas concordaram com o Princípio da Entidade, demonstrando com isto conhecimento sobre este princípio, o qual afirma que se faz necessário a diferenciação do patrimônio particular dos sócios em relação ao patrimônio da entidade; 30% concordaram parcialmente.

Sobre o Princípio da Continuidade, ao constar que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância, 61% dos participantes concordaram sobre esta afirmativa, presumindo com isto que a maioria dos contabilistas tem o conhecimento sobre este princípio, onde nas teorias se afirmam que as entidades nascem para perdurar no tempo, com exceção das constituídas com prazo determinado para sua extinção.

Nesta questão foi abordada sobre o Princípio da Oportunidade, afirmando que a falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, sendo por isso necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação; 79% dos respondentes concordaram com a afirmativa. Conclui-se que os contabilistas conhecem e aplicam este princípio de forma que seu trabalho esteja sempre cumprindo de forma íntegra e no tempo hábil os processos e procedimentos impostos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade.

Quando abordado sobre o Princípio do Registro pelo Valor Original, sobre se os componentes do patrimônio devam ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional, também houve uma unanimidade em relação aos respondentes, pois 85% concordaram com a afirmativa, a maioria demonstrou conhecimento e aplicabilidade deste princípio na execução de seus trabalhos.

Sobre o Princípio da Competência, quando questionado se os efeitos das transações e outros eventos devem ser reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento, pois pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de

despesas correlatas, 64% dos contabilistas concordaram com a afirmativa, presumindo conhecimento e aplicabilidade deste princípio na execução de seus trabalhos. Entretanto, 9% dos participantes discordaram desta afirmativa; observa-se que é um número considerável neste universo de pessoas que desconhecem o conceito de um princípio tão importante para a execução dos lançamentos contábeis.

Em relação à questão elaborada sobre o Princípio da Prudência, onde foi questionado sobre a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para os do passivo, se deve ser adotadas sempre que se apresentarem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido observou-se certo grau de desconhecimento em relação à aplicabilidade deste princípio neste universo pesquisado. Apesar de 52% dos participantes concordarem com a afirmativa, 18% discordaram. Analisando este percentual, apresento alguns eventos que poderiam ter levado os participantes a adotarem esta posição: não conseguiram interpretar a afirmativa, não tem conhecimento do texto legal, desconhecimento do princípio ou outros fatores que o levaram a discordarem desta afirmação, fato é que diante disto conclui-se que um número considerável não adota este princípio na execução de seus trabalhos, seguido ainda de 9% que discordam parcialmente da afirmação.

Também foi colocada uma questão geral sobre os Princípios Contábeis, onde se afirmava que muitas vezes o contabilista executava serviços em desacordo com os Princípios Contábeis, não resguardando seu cliente da sua real situação econômico-financeira; 79% dos participantes discordaram da afirmação. Observa-se que além de conhecerem os Princípios essenciais da profissão agem de forma ética em relação ao seu posicionamento diante de seu cliente, pois a transparência e clareza são fundamentos essenciais na execução dos trabalhos contábeis; nesta questão, nota-se claramente a relação da ética profissional e os Princípios Contábeis, pois ambos são baseados em conceitos e teorias que formam a base para um bom desempenho e conduta legal e moral da profissão do contabilista.

Outra questão sobre o Princípio da Prudência também apresentou um número considerável de pessoas que discordaram com a questão, ao pressupor se o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos e receitas não fossem superestimados e que passivos e despesas não fossem subestimados, atribuindo maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais; para 15%, observa-se a falta de conhecimento em relação a este princípio e também 15% concordou parcialmente, isto significa que alguns itens dentro desta afirmação consideram corretos outros não. Mas analisando pela maioria, 55% dos participantes concordaram com a afirmativa, presumindo-se então que estes conhecem o princípio da Prudência onde a teoria elucida que este princípio visa à proteção de um risco na informação, como uma margem de segurança.

Na questão sobre se a conduta ética é essencial para seguir os princípios contábeis, também os participantes foram unânimes ao concordarem com esta afirmativa, representados por 88%. Tal questão intensifica, ratifica e traz como verdade a relação da Ética Profissional do Contabilista e os Princípios Contábeis, pois para se exercer a profissão de forma justa, clara, eficiente, confiável e com a adequada valoração que tal profissão é merecedora, a aplicação prática da Ética e dos Princípios Contábeis deve seguir a mesma direção, lado-a-lado, de forma conjunta para se atingir um resultado comum; que é o reconhecimento e a valorização do profissional pela sociedade a quem em prol este trabalha.

Segue quadro resumo contendo as informações das questões específicas sobre o Código de Ética Profissional do Contador e os Princípios Contábeis abordados na pesquisa.

Quadro resumo das questões sobre o Código de Ética Profissional do Contador e os Princípios Contábeis (em percentual)

| As informações que se seguem referem-se ao Código de Ética Profissional do Contador – CEPC e Princípios Contábeis e não apresentam respostas certas ou erradas. Preencha a opção que melhor corresponda à maneira como você pensa. | Discordo | Discordo parcialmente | Indiferente | Concordo parcialmente | Concordo | Não responderam |
|---|----------|-----------------------|-------------|-----------------------|----------|-----------------|
| 6 - O Código de Ética Profissional do Contabilista (CEPC) é importante para guiar minha conduta profissional em relação à classe contábil e à sociedade. | 0 | 0 | 30 | 21 | 76 | 0 |
| 7 - Devemos cumprir somente aquelas normas elaboradas pelo Conselho Federal de Contabilidade que julgamos corretas. | 39 | 15 | 0 | 30 | 15 | 0 |
| 8 - Reter documentos deixados em confiança sob responsabilidade do profissional no decorrer da prestação dos serviços, quando há troca de profissional por parte do cliente | 82 | 6 | 6 | 3 | 3 | 0 |
| 9 - O Código de Ética ajuda a reduzir as minhas dúvidas em relação aos problemas éticos que ocorrem em meu dia-a-dia como profissional de contabilidade. | 3 | 6 | 6 | 27 | 57 | 0 |
| 10 - O Código de ética é irrelevante para guiar minha conduta profissional em relação aos meus clientes ou superiores no trabalho. | 67 | 6 | 3 | 12 | 12 | 0 |
| 11 - O profissional que infringe as normas do Conselho Regional de Contabilidade é punido por esse órgão. | 6 | 9 | 0 | 18 | 64 | 3 |
| 12 - As normas do Código de ética são claras e não deixam dúvida quanto ao seu sentido. | 0 | 15 | 3 | 36 | 46 | 0 |
| 13 - Cumpro todas as normas elaboradas pelo Conselho Federal de Contabilidade, mesmo que discorde de algumas ou de todas. | 9 | 6 | 13 | 14 | 64 | 0 |
| 14 - O patrimônio pertence à entidade, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova entidade, mas numa unidade de natureza econômico-contábil. | 9 | 6 | 9 | 30 | 39 | 6 |
| 15 - A Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância. | 6 | 3 | 9 | 18 | 61 | 3 |
| 16- A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação. | 0 | 3 | 3 | 15 | 79 | 0 |
| 17 - Os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional. | 3 | 0 | 3 | 9 | 85 | 0 |
| 18 - Os efeitos das transações e outros eventos devem ser reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento, pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas. | 9 | 3 | 6 | 18 | 64 | 0 |
| 19 - A adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para os do passivo, devem ser adotadas sempre que se apresentarem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido. | 18 | 9 | 3 | 15 | 52 | 3 |
| 20- Muitas vezes executo serviços em desacordo com os Princípios Contábeis, não resguardando meu cliente da sua real situação econômico-financeira. | 79 | 6 | 3 | 9 | 3 | 0 |
| 21 - Pressupõe-se o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos e despesas não sejam subestimados, atribuindo maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais | 15 | 3 | 9 | 15 | 55 | 3 |
| 22- A conduta ética é essencial para seguir os princípios contábeis. | 3 | 0 | 6 | 3 | 88 | 0 |

Fonte: Da autora, com dados da pesquisa.

5. CONCLUSÃO

Foi desenvolvida neste trabalho uma pesquisa empírica, onde o objetivo geral foi verificar se havia a relação entre a ética profissional contabilista e os princípios contábeis junto aos contabilistas Sindicalizados no município de Dourados/MS.

Diante do que foi exposto de forma bem sucinta, o trabalho apresentou a história e conceito da ética e dos princípios contábeis. Como base legal e formal foi utilizada a Resolução CFC nº 750/93, que trata dos Princípios Contábeis e a Resolução CFC nº 803/96, que trata do Código de Ética do Contador.

Por meio do questionário elaborado com questões abertas e fechadas sobre o tema, chegou-se ao seguinte resultado obtido através das respostas fornecidas pelos participantes da pesquisa:

1º Os contabilista participantes da pesquisa consideraram o Código de ética Profissional do Contabilista importante;

2º Conhecem os deveres e proibições do profissional da Contabilidade;

3º Consideram o Código de ética como um regulador de sua conduta profissional;

4º Conhecem os Princípios Contábeis e

5º Por meio da aplicabilidade destes Princípios, agem de forma ética e profissional, obedecendo do Código de Conduta Ética Profissional e aos Princípios que são essenciais a realização dos trabalhos contábeis.

De forma sucinta o questionário apresentou alguns percentuais significativos em relação às questões aplicadas: 70% das participantes são do sexo masculino, 45% estão na faixa etária dos 41 a 60 anos, 73% são Contadores (formação superior no curso de Ciências Contábeis), 49% possui tempo de registro no CRC de 01 a 10 anos, 85% possui formação em curso superior em áreas diversas, 76% concordam ao serem questionados sobre a importância do Código de Ética Profissional do Contabilista, 39% discordaram com o questionamento se devem seguir somente as normas elaboradas pelo Conselho Federal de Contabilidade que julgam corretas, 57% disseram que o Código de Ética ajuda a reduzir as suas dúvidas em relação aos problemas éticos que ocorrem em seu dia-a-dia como profissional de contabilidade, 64% concordaram ao afirmar que os profissionais que infringem as normas do Conselho Regional de Contabilidade são punidos por este órgão, 64% concordaram com a afirmativa quando lhe foi perguntado se cumpria todas as normas elaboradas pelo Conselho Federal de Contabilidade, mesmo que discorde de algumas ou de todas, 85% concordaram sobre a questão que abordou sobre o princípio contábil onde os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional, 79% discordaram com a afirmativa que dizia que muitas vezes executam serviços em desacordo com os Princípios Contábeis, não resguardando seu cliente da sua real situação econômico-financeira e ainda 88% concordaram com a pergunta que dizia que a conduta ética é essencial para seguir os princípios contábeis.

Conclui-se então que há relação entre a ética Profissional dos Contabilistas e os Princípios Contábeis, pois ambos são baseados em conceitos e teorias que formam a base para um bom desempenho e conduta legal e moral da profissão do contabilista. Observa-se ainda que para exercer a profissão de forma justa, clara, eficiente, confiável e com a adequada valoração que tal profissão é merecedora, a aplicação prática da Ética e dos Princípios Contábeis deve seguir a mesma direção, lado a lado, de forma conjunta para se atingir um resultado comum, que é o reconhecimento e a valorização do profissional pela sociedade.

Sugere-se para trabalhos futuros, que visem o aprimoramento do tema, que o questionário elaborado e aplicado nesta pesquisa, sirva como fonte de pesquisa a ser aplicado por um período maior de tempo, visando atingir um número maior de respondentes, ou talvez ainda ampliar o espaço amostral, aplicando-o em todo o Estado com o auxílio do CRC/MS, para verificar se o resultado encontrado seria semelhante a este.

O estudo deste tema teve uma grande importância como crescimento profissional e pessoal; portanto, sugere-se que sejam realizados outros trabalhos nesta mesma linhagem de ideias para que este assunto tão essencial, que é a ética do profissional contabilista e os princípios contábeis, sejam divulgados e conhecidos por todos os acadêmicos de Ciências Contábeis e pelos profissionais atuantes na área, a fim de contribuir para que haja um aperfeiçoamento técnico e ético como resultado.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Carlos Pessoa de. **Ética – ética profissional e outras reflexões**. Jus Navegandi, Teresina, ano 6, n. 51, 1 out.2001. Disponível em:
<http://jus.com.br/revista/texto/2237> > Acesso em: 24 dez/2011

ANDRADE. M. M.- **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**- 9ª ed. Atlas: São Paulo, 2009.

BARUFFI, Helder. **Metodologia de Pesquisa- Orientações Metodológicas para a Elaboração da Monografia**. Dourados: HBedit, 2004.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração dos novos tempos**. 2 ed revista e atualizada. São Paulo: Editora Campus, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE . **Resolução nº 803, de 10 de outubro de 1996**. Aprova o Código de Ética Profissional do Contabilista – CEPC. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=1996/000803> Acesso em: jun/2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE . **Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade- 3ª ed.** – Brasília: CFC, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução nº 750, de 29 de dezembro 1993**. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=1993/000750> Acesso em: jun/2011.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. **Código de ética profissional**. 7. ed. Porto Alegre, Janeiro de 2009.

FARIA, Julian. **A ética de Sócrates**. Disponível em: <<http://jfariaadvogados.wordpress.com/2010/01/27/a-etica-de-socrates/>> Acesso em: 04 set 2011

FIPECAFI e LISBOA, Lázaro Plácido. **Ética geral e profissional em contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FONTES, Carlos . **Bibliografia de Platão**. Disponível em: < <http://afilosofia.no.sapo.pt/platao1.htm> > Acesso em: 04 set 2011

<http://www.webartigos.com/articles/23318/1/A-Etica-em-Aristoteles/pagina1.html> > Acesso em: 04 set 2011

FONTES, Carlos. **Breve História da Ética**. Disponível em: <<http://afilosofia.no.sapo.pt/etica.htm>> Acesso em: 26 dez/2011.

MARION. J.C.; DIAS, R.; TRALDI, M.C. **Monografia para os cursos de Administração, Contabilidade e Economia**. Atlas: São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, Christiane Forcinito Ashley Silva de. Apostolado Sociedade Católica: A ética em Aristóteles. Disponível em: <http://www.sociedadecatolica.com.br/modules/smartsection/item.php?itemid=515> desde 02/10/2009 - Acesso em: 04 set 2011.

OLIVEIRA, T. M. V. **Escala de Mensuração de Atitudes: Thurstone, Osgood, Stapel, Likert, Guttman, Alpert**. FECAP. Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – Administração *On Line* (2001). Disponível em: <http://www.fecap.br/adm_online/art22/tania.htm> Acesso em: jun.2011.

PASSOS, E. **Ética nas organizações**. 1. ed. 6. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.
PROFISSIONAL CONTÁBIL. Brasília – DF, 2003

RODRIGUES, W. C. **Metodologia Científica**. Paracambi: FAETEC/IST, 2007.

SÁ, A. L. **Ética profissional**. 9. ed. 2.reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

SÁ, A. L. **Princípios fundamentais de contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1995.

VALLS, Álvaro L. M. **O que é ética**. 7 ed. Ed. Brasiliense, 1993. Coleção Primeiros Passos nº 177.